

Goiás e a Guerra do Paraguai (1865 – 1870)

Autores:

Igor Eusébio Batista

*Licenciado em História pela
Universidade Federal do Tocantins*

Marcelo Santos Rodrigues

*Doutor em História, professor da
Universidade Federal do Tocantins*

Resumo

O presente artigo trata da participação de Goiás na Guerra do Paraguai. O objetivo é identificar aspectos importantes de como a província goiana pôde auxiliar o império brasileiro com uma logística de guerra e com o fornecimento de batalhões de soldados e Voluntários da Pátria. Utilizamos como fonte de pesquisa os relatórios de Presidente de Província e jornais publicados entre 1865 e 1870, na província de Goiás. A metodologia empregada parte da leitura bibliográfica sobre o tema, especialmente aquela que trata da província de Goiás. Como resultado, a pesquisa demonstra ter a província mais central do país, auxiliado de maneira precária o exército brasileiro que precisava cruzar o território do sertão para combater o Paraguai.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai. Goiás. Logística de Guerra. Batalhões goianos.

DOI: 10.58203/Licuri.21956

Como citar este capítulo:

BATISTA, Igor Eusébio; RODRIGUES, Marcelo Santos. Goiás e a Guerra do Paraguai (1865 - 1870). In: Soares, Maria de Lourdes (Org.). **A sociedade em contexto: História, transformações e desafios**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 69-84.

ISBN: 978-65-85562-19-5

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a participação da província de Goiás - com sua contribuição logística e de soldados - na guerra do Paraguai (1865 a 1870). Essa província, por sua localização no interior do Brasil, estava mais próxima à área de conflito e, por isso, a sua importância na participação estratégica no conflito desde o seu início até o final.

A guerra contra o Paraguai é considerada o conflito mais sanguinolento ocorrido na América do Sul, que teve a participação do Brasil, da Argentina e do Uruguai contra o Paraguai, e gerou consequências diversas aos países envolvidos, como o grande número de mortos no Paraguai, e uma crescente influência do exército na vida política do Brasil que, em 1889, resultou na queda da monarquia e Proclamação da República. Em Goiás a guerra produziu uma desorganização temporária nos assuntos internos da província.

A discussão sobre as causas que levaram ao conflito no Paraguai é um tema recorrente na história da guerra do Paraguai. Por um lado, os historiadores sustentam a tese de que o Brasil é o responsável pela destruição da República paraguaia. De acordo com Dálcio Aurélio Milanesi, citando Claudius Ceccon e Eduardo Galeano, o Paraguai era uma grande potência no século XIX e, por esse motivo, o Brasil desejava acabar com a suposta "superioridade paraguaia". Outros autores acreditam que a guerra é de total responsabilidade paraguaia, devido a um projeto chamado "Paraguai Maior", no qual o presidente Francisco Solano López tinha como objetivo expandir o seu território, tomando terras do Brasil e da Argentina.¹

É possível afirmar que, na história da Guerra do Paraguai, identificamos três correntes historiográficas distintas: uma primeira historiografia nacional-patriótica, composta por oficiais brasileiros que participaram da guerra; uma segunda corrente revisionista da historiografia liberal-patriótica sobre a guerra, com destaque para os trabalhos de J.J. Chiavenatto.² Por último, uma terceira vertente historiografia neoliberal, produzida a partir de 1980, com a restauração das interpretações nacional-patrióticas brasileiras. (MAESTRI, 2009, p. 1)

¹ Sobre as causas da guerra do Paraguai ver: MILANESI, Dálcio Aurélio. *Sobre a Guerra do Paraguai*. Universidade Estadual de Maringá; DORATIOTO, Francisco. *A Maldita Guerra*. Companhia das Letras, 2002; MAESTRI, Mario. *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à Restauração historiográfica (1871-2002)*. Estudos Históricos - CDHRP - n° 2, agosto 2009.

² CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

A primeira corrente historiográfica é composta por memorialista. Trata-se de sujeitos que, retornando da guerra relatam em anotações particulares o que viram no cenário do conflito os feitos praticados por comandantes como Caxias, Osório e Conde D'Eu, quando estiveram à frente do comando do exército brasileiro. É comum para esses primeiros estudos ter sido a causa da guerra o expansionismo paraguaio.

A segunda corrente historiográfica surgiu no Brasil, na década de 1970, durante a ditadura militar. Os historiadores dirigem suas críticas diretas ao exército brasileiro que foi lutar no Paraguai. O principal defensor dessa corrente é o jornalista Júlio José Chiavenatto, cujo a tese principal afirma que no Brasil houve uma tentativa de embranquecimento da população brasileira, com o envio de tropas de negros para a guerra. Outra questão também defendida por essa geração de historiadores afirma que a Inglaterra era a mais interessada no conflito, pois a guerra diminuiria o poder brasileiro e argentino na região da Bacia do Rio da Prata e, assim, os ingleses teriam a garantia de sua hegemonia comercial.³

A terceira corrente historiográfica, ainda mais revisionista, surgirá nos anos de 1990, que abandonam a ideia da participação heroica de comandantes e se interessa por temas diversos a respeito da guerra, sobretudo, da participação de sujeitos comuns retirados de suas casas e de suas famílias, muitas vezes, à força, para fazer a guerra contra o Paraguai. São histórias de recrutados, de mulheres que participaram da guerra, de negros e de Voluntários da Pátria saídos de diversas partes do Brasil, etc. Esses personagens ajudam compreender uma história social da guerra do Paraguai.⁴

A guerra revela situações melindrosas no Brasil, como o fato do exército brasileiro não ter soldados suficientes, e Dom Pedro II editou um decreto para reforçar o exército brasileiro com o convite de batalhões de Voluntários da Pátria, aumentando o contingente de homens para a guerra.

Dessa forma, podemos notar o surgimento de estudos históricos regionais para verificar a participação das províncias do império na guerra do Paraguai. Nosso objetivo central é explanar a participação da província de Goiás no conflito. Dessa forma, esta pesquisa está inserida na categoria de história regional, para enfatizar a relevância de se estudar a história regional e, assim, perceber a contribuição de uma província afastada

³POMER, León. *A Guerra do Paraguai: A Grande Tragédia Rioplatense*. Editora Global, São Paulo, 1980.

⁴RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (A Participação da Bahia no Conflito)*. (Mestrado em História Social UFBA), Salvador - Bahia, 2001; SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: Os Escravos Brasileiros da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1996

do império brasileiro, a partir de documentos como os relatórios de presidentes de província e artigos publicados em jornais goianos entre 1865 e 1870.

O campo da História Regional, com o advento de programas de pós-graduação e ampliação de cursos de história pelo interior do Brasil, despertou o interesse do historiador por estudar fatos históricos de maneira isolada ou relacionados a história nacional. Esse trabalho foi elaborado para examinar a situação de Goiás nos anos da guerra, e, assim, mostrar a contribuição província goiana. Para Sandra Cristina Donner a procura por uma abordagem regional, deve-se ao interesse pela:

História Local passou por um crescimento ao longo das últimas décadas. Muitas pessoas se interessam por esta história por razões nostálgicas, para elas, conhecer e pesquisar sua história traz um sentido de pertença, de lugar no mundo. Outro motivo tem sido o desenvolvimento do interesse turístico. Cada vez mais o turismo cultural e histórico tem ganhado mercado. (DONNER, 2012, p. 225).

Outro autor que podemos destacar em relação a História Regional é Eivaldo Fagundes Neves, apontando contribuições para o estudo da História Local e Regional:

A metodologia dos estudos regionais e locais pode ser aplicada tanto a uma região continental (África Ocidental), quanto a uma nacional (Nordeste do Brasil), provincial/estadual (Capitania de Ilhéus, Chapada Diamantina) e até mesmo municipal (Caetité, Feira de Santana) ou a um bairro (com os artifícios da história urbana) e uma fazenda (com os recursos da história agrária). (NEVES, 2008, p. 31)

Dessa maneira destacamos que esse campo da história vem sendo buscado nas últimas décadas, e assim, mais usado na tentativa de explicar a formação do espaço nacional, pois nessa perspectiva as pesquisas costumam abordar marcos históricos de maneira menos detalhada, deixando especificidades de lado como, por exemplo, o da participação de determinadas regiões brasileiras que tiveram destaque na guerra do Paraguai.

Existem documentos que mostram a participação de algumas regiões, determinadas províncias brasileiras, no conflito. A historiadora Zildete Inácio Oliveira Martins, de Goiás, também realizou pesquisas sobre essa província durante o período de conflito armado. A historiadora usou fontes históricas, como a Correspondência do Governo Provincial às autoridades militares, o Registro de Correspondência da Secretaria do Governo e os jornais Correios Oficial de Goiás. São documentos que mostram o interesse do governo provincial em conduzir a guerra. Como mencionado acima, usamos como fonte de prova os Relatórios de Presidente de Província e os jornais publicados entre 1865 e 1870.

A situação econômica da província de Goiás

A província de Goiás, em 1864, ano que se iniciou a guerra contra o Paraguai, tinha como governador João Bonifácio Gomes Siqueira. No ano seguinte, em 27 de abril de 1865, a presidência da província foi ocupada por Augusto Ferreira França, que esteve responsável pela condução dos negócios da província frente à guerra. Já no primeiro ano, a província goiana necessitou auxiliar o governo monárquico porque com a invasão paraguaia na província de Mato Grosso, o exército brasileiro precisava cruzar o território goiano para tentar uma frente ofensiva contra as tropas do presidente paraguaio Francisco Solano Lopez.

Porém, qual a real situação vivida pela província de Goiás no tempo da guerra? Para responder a essa pergunta usamos de informações retiradas dos Relatórios de Presidente de Província produzidos durante os anos de guerra. Neles achamos informações de Goiás no tempo da guerra. Assim, de imediato, podemos observar que a situação econômica de Goiás, em diversos aspectos, era complexa, pois a província padecia de dificuldades internas, como o desenvolvimento econômico de seu território e o isolamento geográfico do restante do Brasil.

A economia goiana limitava-se à atividade agrícola, quase toda ela de subsistência, e a criação de gado, demonstrando uma ausência de atividades comerciais e com uma indústria medíocre, justamente, provocada pela falta de transportes, que, na época, limitava-se a utilização de carro puxado a boi, embarcações fluviais de pequeno calado, movido a remo. Assim, o isolamento de Goiás gerou dificuldades à exportação de gados e de cultivos que poderiam ser oferecidos a comercialização em outras províncias do Brasil.

Fica evidente no relatório que os governantes João Bonifácio Gomes Siqueira e Augusto Ferreira França, estavam cientes da precariedade do sistema financeiro da província. Ambos os governantes também reconheciam que a navegação dos rios Araguaia e Tocantins eram os melhores meios de transportes. A província desde a sua criação vinha criando condições para o seu desenvolvimento, entretanto esbarrando em diversos problemas. Para se ter uma melhoria na economia, construíram presídios às margens dos importantes rios, objetivando fomentar o desenvolvimento da região com a tentativa de afastar os ataques indígenas aos colonos. Os presídios também tinham o objetivo de civilizar os índios, considerados vândalos, que dificultavam à atividade econômica com os frequentes ataques aos campos cultivados e criação de gado, atrasando a prosperidade da província.

No olhar dos presidentes de província o problema maior era, de fato, a péssima condição das vias de comunicação da província. Essa na verdade era a questão mais sentida em todo período monárquico nas províncias do interior. No caso de Goiás, esse problema se torna perceptível quando o presidente da província, Augusto Ferreira França, em 1865, teve de atender as exigências do governo central do Rio de Janeiro de reunir homens para a guerra do Paraguai. Em seu relatório disse:

Na distribuição geral que fez o Exmo. Sr. Vice-presidente, do número de guardas nacionais, com que deve contribuir cada município da província, não os tocou do norte contingente algum para o corpo. Esta medida foi sem dúvida motivada pelas grandes dificuldades que há nas comunicações d'esta capital com aquela parte da província (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA, 1865, p. 5).

Mesmo antes da guerra o problema da comunicação foi debatido pelas autoridades de Goiás visando a melhoria da província. O presidente Augusto Ferreira França, em 1866, expõe em seu relatório a seriedade de se construir vias terrestres e fluviais, pois reconhecia que esta situação causava atraso no desenvolvimento econômico da região:

A convicção de que a sua principal abertura é a abertura de grandes vias de comunicação, tanto fluviais, como terrestres, que a tornem apta a tomar a parte que lhe compete na comunhão social e política do império. Para que a província não fique reduzida aos seus próprios recursos, e

desenvolvendo suas relações com as outras, delas obtenha pela permuta os produtos que lhe podem ministrar e dos quais intuição que deve aproveitar as artérias fluviais com que a dotou a providência, e melhorar as estradas que a ligam com as províncias limítrofes (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA, 1866, p. 20).

Desse modo, é notório que a província possuía riquezas naturais, como terra fértil e bons rios propícios à atividade comercial. Porém, em contrapartida, tinha a questão financeira da província necessária para o seu desenvolvimento e prosperidade. De fato, essas questões se tornaram mais evidentes no período da guerra do Paraguai, isso porque os governantes goianos irão precisar investir economicamente na região:

Meditando sobre riquezas naturais que encerra esta província; os rios caudalosos que banham seu território; a fertilidade de suas terras; e os diversos elementos de grandeza que nela existem, facilmente se compreende que Goiás reúne todas as condições para desenvolver-se e prosperar (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA, 1865, p. 7).

Tudo isso demonstra que a guerra do Paraguai acendeu alerta de que a província goiana precisava cuidar de importantes aspectos de sua economia, garantindo o desenvolvimento, e inserção na vida política e econômica do Brasil.

Segurança Pública, Individual e de Propriedade de Goiás

Juntamente com os problemas financeiros para custear as vias de comunicações, como a navegação dos rios e a construção de estradas, a província de Goiás também enfrentava problemas como a criminalidade principalmente pela falta de autoridades policiais e de alfabetização dos deveres humanos. Com isso, havia facilidade para a prática de crime de toda ordem. Isso foi registrado nos relatórios provinciais.⁵

⁵ FRANÇA, Augusto Ferreira. GOIAS (PROVINCIA) PRESIDENTE 1 AGO. 1866, p. 4

Essa falta de autoridade policial na província gerou consequências à administração da justiça. Os crimes não eram frequentemente julgados, devido à ausência de juizes que pudessem aplicar a lei contra as transgressões cometidas pelos criminosos. Isso era uma questão preocupante para os governadores da província, pois estes reconheciam somente dispor de juizes leigos. E assim mesmo, embora fossem com boas intenções, alguns julgamentos acarretavam revoltas na sociedade, ocasionando uma desorganização temporária em determinadas localidades da província, que acabava por dispersar trabalhadores e, conseqüentemente, atrasando o avanço econômico de Goiás.

Durante os anos da guerra a Guarda Nacional da província de Goiás - responsável pela segurança na província - era composta de 8 comandos superiores, a saber: o primeiro destacado no município da Capital, Rio Verde, Jaraguá e Pilar; o segundo em Meia Ponte, São José do Tocantins; o terceiro os de Bonfim e Santa Luzia; o quarto Catalão e Santa Cruz; o quinto em Cavalcante e Araias; o sexto com os comandos de Flores e Villa de Formosa; o sétimo que cuidava dos municípios de Palma, Conceição e S. Domingos; e, por fim, o oitavo que compunha as forças de Porto Imperial e Natividade. Estes comandos superiores compreendem 6 esquadrões de cavalaria, 1 companhia avulsa de artilharia, 18 batalhões de infantaria com 98 companhias e 3 secções de batalhão com 7 companhias do serviço cativo; 3 secções de batalhão com 6 companhias, 9 companhias avulsas, e 8 secções de companhia de reserva. (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, GOMES SIQUEIRA, 1868, p. 8)

Inicialmente era desses contingentes que o governo provincial deveria destacar um número de guardas para seguir em direção ao Mato Grosso invadida pelos paraguaios. Evidente que o número baixo de soldados e a recusa de muitos deles em ir a guerra foi preciso que as autoridades decretassem o recrutamento forçado e recorresse aos corpos de Voluntários da Pátria. Cada comarca, julgado, vila e cidade tinham que oferecer um número de soldados, o que acabou criando dificuldades na província com a debandada de homens que fugiam do recrutamento.

A formação de batalhões e a logística da guerra

Augusto Ferreira França assumiu a administração da província de Goiás, em 27 de abril de 1864 e, no seu relatório apresentado a Assembleia provincial alegou não ter tido

tempo para coligir informações necessárias à elaboração de um denso relatório sobre sua chefia. No entanto, ao deixar de relatar os acontecimentos mais importantes a respeito da administração, todavia nos oferece informações de como a província goiana contribuiu para a guerra do Paraguai.

Aos deputados provinciais o governante justificou que:

O trabalho atinente à expedição de tropas militares para província de Mato Grosso também contribuiu para a dificuldade de expor melhores esclarecimentos sobre a administração da província. Parece que o seu interesse mais importante era mesmo o estado de guerra vivido pelo país. E, a esse respeito, disse acompanhar com atenção os incidentes da guerra travada entre o Brasil e as repúblicas do Uruguai e Paraguai. Procurava assim, inventariar as causas que deram início a guerra lembrando que a vitória brasileira em Paissandu, fez com que o governo paraguaio atacasse territórios brasileiros, referindo-se a invasão da província do Mato Grosso, ameaçando povoações, surpreendidas em seus pacíficos lares (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA Goiás, 1865, p. 3).

A essa altura, decorridos mais de seis meses desde o início da guerra, o presidente lamentou que o seu antecessor, apesar de seus esforços, não havia conseguido: “expedir força alguma auxiliar, havendo sido adiada a marcha do batalhão de caçadores, que deveria partir de Goiás.” (Relatório Presidente de Província, Goiás, 1865.)

Desse modo, se percebe a falta do preparo da Província para auxiliar a guerra:

Quando cheguei a esta capital limitado era o número dos alistados, mas pouco depois começaram a afluir cidadãos animados do nobre desejo de correr em defesa do país, sendo os municípios de Bonfim e Catalão aqueles que primeiros forneceram número considerável de brabos para o serviço da guerra (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA Goiás, 1865, p. 5).

A situação da província era verdadeiramente difícil. A sua economia, a segurança, a salubridade, recrutamento, todos eles demonstravam o despreparo da província de Goiás gravada ainda mais nos tempos de guerra.

A metodologia utilizada na pesquisa investigou além dos relatórios de presidente, jornais publicados na província. No caso do jornal, eles reproduziam informações oficiais, temas diversos sobre a guerra, como o papel de Voluntários da Pátria e relatos sobre a logística de Goiás.

Dito isso, o recrutamento militar na província de Goiás deu-se pela obrigatoriedade do decreto n° 3.371 de 7 de janeiro de 1865, que criavam os corpos de Voluntários da Pátria. Para Goiás, o governo monárquico no Rio de Janeiro determinou o fornecimento de 490 guardas nacionais, que deviam marchar para o Mato Grosso e lutar contra o Paraguai. Na província a tropa se automeou: Batalhão Goiano de Voluntários.

A região norte do Goiás teve, ainda, dificuldade em divulgar o decreto imperial que garantia a formação de batalhões de voluntários e de transportar soldados e guardas nacionais pela dificuldade da comunicação na maior parte do interior da província. A solução achada para o governo provincial cumprir o número exigido foi recrutar, de maneira forçada, na região Sul da província, onde mais facilmente poderia conseguir homens para compor o exército. A situação de Goiás era especial, pois o seu território estava no limite com a província de Mato Grosso invadida pelos paraguaios.

Assim, era necessário a passagem de tropas pela província goiana para fazer frente ao exército do Paraguai, o qual, tinha o objetivo de invadir a cidade de Cuiabá. A primeira expedição goiana foi marcada para partir, em 15 de maio de 1865, com destino a capital do Mato Grosso. No entanto, as incertezas táticas e a logística de guerra geraram problemas sérios inclusive quanto a aquisição de soldados. Passados 3 dias após a determinação da partida do batalhão em Cuiabá o plano inicial foi modificado, desta vez, alterando a direção das tropas para a cidade de Coxim, invadida também pelos paraguaios.

Essa expedição foi comandada pelo Coronel Joaquim Mendes Guimarães que chegou à Coxim em 19 de agosto de 1865.

O batalhão levou em sua companhia uma boiada e diferentes tropas compostas de mais de 300 animais carregados de gêneros alimentícios; e o esquadrão foi acompanhado também por uma boiada e por tropas com mais de 190 animais. Além disso, tanto a um como a outro mandei fornecer o dinheiro necessário para em caminho irem-se refazendo os gêneros que se fosse consumindo... Em verdade, com as providencias por mim dadas, as forças goianas podiam dispor de recursos por muitos meses, sem que em

tempo algum ficassem em risco de fome (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA Goiás, 1866, p. 15).

A primeira expedição goiana partiu sem a “Benção da Bandeira” em razão da urgente solicitação de soldados em Coxim. A partida abrupta denota a desorganização do governo central bem como o da província com relação à guerra. Somente após a partida do primeiro batalhão foi que, posteriormente a partida dos soldados foi organizada, inclusive, com a doação de práticas cerimoniais de praxes.

No dia 1º de janeiro de 1866, às 9 horas da manhã, reuniu-se na catedral o batalhão goiano de Voluntários da Pátria, comandado pelo coronel militar José Joaquim de Carvalho, acompanhado do seu estado maior, todos uniformizados, contando a cerimônia com a presença do presidente da província e de seus secretários, dos ajudantes de ordens, do chefe de polícia, magistrados, funcionários públicos e uma numerosa participação popular. O batalhão de Goiás foi escolhido pelo Coronel José Joaquim de Carvalho para seguir até Cuiabá, com 432 voluntários, 4 tropas de animais, que foram utilizados no transporte de alimentos.

Para evitar problemas durante a marcha, como a falta de víveres durante a viagem, a presidência da província tomou todas as medidas, criando depósitos na estrada para o Mato Grosso, para onde eram enviados víveres da capital, e também mantimentos que deveriam vir de diferentes regiões da província. O maior problema, de fato, era a falta de meios de transporte desses alimentos. No entanto, havia áreas de pasto em toda a rota para Coxim, o que foi benéfico, já que os animais que partiam da capital ganharam peso e ganharam mais vigor. (JORNAL CORREIO OFFICIAL, 13 de janeiro de 1866, p. 4)

A ajuda partia de todos os lugares. Dona Manuela Maria da Silva dando prova de civismo ofereceu aos batalhões que passassem pela sua fazenda uma considerável quantidade de farinha de mandioca por um preço baixo. (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 13 de janeiro de 1866, p. 4)

Durante a marcha do batalhão de voluntários goiano, o presidente da província teve que arcar com as despesas, oferecendo a quantia de 500\$ réis para Serafim José de Barros, proprietário da fazenda Pereirinha, na região de Rio Claro, onde ele teria de construir barracas para abrigar o batalhão goiano.

Naquele período, se exigia o pagamento de taxas para cruzar certas regiões. Porém, durante a guerra essa taxa foi revogada, pois os batalhões precisavam passar por diversas

regiões para chegar ao cenário da guerra. Por esse motivo o presidente da província revogou os decretos que garantiam a cobrança de taxas, e assim, facilitar a passagem dos batalhões.

Por terem atravessado a barreira do Batalhão diversos animais a ele pertencentes, conduzindo artigos bélicos remetidos pelo arsenal de guerra da corte, tenho resolvido que se desista de cobrar a dita taxa do mencionado coronel, visto que ele deixou de satisfaze-la em virtude de uma portaria do ministério da guerra que lhe foi passada, determinando que no registro e nas barreiras por onde tivessem de passar os referidos artigos não se fizessem exigências de pagamentos, antes se prestasse todo o auxílio para seguirem seu destino. (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 24 de janeiro de 1866, pg. 3)

Desse modo, Ferreira França, exaltando o sentimento patriótico, conseguiu arregimentar um número considerável de soldados, prestando todo auxílio possível ao coronel José Joaquim de Carvalho e aos seus batalhões, bem como atendendo algumas das exigências logísticas para a campanha. Para que o presidente da província tivesse informações sobre os acontecimentos ocorridos durante a viagem, foi determinado que o coronel Joaquim de Carvalho e oficiais dos batalhões escrevessem o que se passava na marcha até Coxim. Algo que já acontecia desde a partida da primeira expedição de voluntários.

Como já mencionado, Goiás teve dificuldade para ajudar o país na guerra contra o Paraguai. Porém, com o passar do tempo, o governo da província foi construindo uma logística para auxiliar o exército imperial. Tanto no que se refere a falta de soldados como a ausência de comunicação e transportes na província para ajudar os batalhões na sua passagem em direção à guerra.

O mais importante auxílio dado por esta província para a guerra foi o fornecimento de gêneros alimentícios, uma prática batizada com o nome de “Commissões Municipaes”⁶. Elas tinham como finalidade amparar o abastecimento, seja com alimentos, armas e abrigo para os soldados durante a marcha dos batalhões na região. Assim, o fornecimento de víveres foi o assunto que mais se destacou e teve importância para o presidente da província de Goiás que, por muito tempo, amparou às forças militares vindas de São Paulo

⁶ FRANÇA, Augusto Ferreira. GOIAS (PROVINCIA) PRESIDENTE 1 AGO. 1866, p. 10

e Minas Gerais, e que passariam pelo território goiano em direção ao Mato Grosso. Augusto Ferreira França reconheceu que desde o início da construção das “Commissões Municipaes” esta deveria prover de alimentos às forças militares, bem como manter a estadia dos soldados no território do Mato Grosso.

Esses víveres eram criados em Goiás e o depósito que mais recebeu investimentos da província goiana foi o de Bahús, comandado pelo capitão Speridião Baptista Roquete Frões, erguido na estrada que ligava a capital da província de Goiás à Coxim e Cuiabá.

Aos encarregados do deposito dos Bahús - esse deposito, conforme tenho por vezes explicado, não tem só por fim proporcionar viveres às forças expedicionárias quando por ali passaram, mas também conservar mantimentos em um centro de onde São para suprimento das forças enquanto operarem nos distritos de Miranda e Baixo Paraguay em Matto Grosso. (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 11 de janeiro de 1866, pg. 3).

Para a criação desses víveres, a província comprou terras de fazendeiros. No relatório feito pelo presidente da província, destacava que as atividades ligadas a logística de guerra ocorria como o esperado.

Quando o primeiro batalhão goiano de voluntários chegou à Coxim, notou que ali havia poucos mantimentos para que pudessem manter a tropa por um bom tempo, justamente, pelo excesso de batalhões vindo de outras províncias. Para solucionar tal problema o Correio Oficial destacou que:

Para serem socorridas as forças expedicionárias é indispensável que por conta e ordem do governo se façam constantes remessas de viveres para o Coxim, e que simultaneamente os particulares os enviem por sua conta, fazendo assim, uma boa especulação que redundará tanto em proveito seu, como em benefício das ditas forças (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 4 de fevereiro de 1866, p. 2).

Por essa razão, o jornal fez duras críticas a logística do governo, preocupado com a estadia dos soldados em Coxim. Perguntou o correio em uma manchete de sua edição

de 1866: “Se V. S. pôde e tem exportado sem cessar para além do rio Parahyba grandes boiadas, como não poderá mandar para o Coxim?” (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 4 de fevereiro de 1866, p. 3)

Com a preocupação de que o batalhão não usufrísse de todos os mantimentos em sua passagem por Goiás, o presidente da província ordenou que fosse transportado alguns alimentos para Coxim “Sendo provável que o batalhão goiano não consumisse todos os viveres existentes, encomendo-lhe que sem perda de tempo trate de fretar carros para enviar os remanescentes ou diretamente ao Coxim ou até o depósito dos Bahús.” (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 4 de fevereiro de 1866, pg. 3). A ideia era de que os depósitos criados ao longo da estrada de acesso ao Mato Grosso pudessem abastecer as tropas nos acampamentos e nas estradas até a sua chegada ao território invadido pelos paraguaios.

Esses depósitos além de guardar mantimentos e materiais bélicos, possuíam também remédios que ajudavam no combate de enfermidades que assolavam os soldados, como aconteceu com o coronel Morais Camisão, vítima do cólera.⁷ Ao mesmo tempo, para que não faltasse alimentos aos batalhões, o presidente da província Ferreira França investiu na compra de produtos de outras províncias e melhorias nos transportes.

Depois de enfrentar dificuldades diversas na marcha para o Mato Grosso, onde os soldados chegaram a passar fome e adoeceram, a guerra parecia chegar ao fim. A edição especial, do Correio Oficial de 1870, trouxe à tona uma notícia que alegrou o povo goiano: A morte do Francisco Solano Lopez, presidente paraguaio:

Com a maior satisfação tenho a honra de levar as mãos se V. ex.^a ter sido morto em combate o tirano do Paraguay Francisco Solano Lopez no dia 1^o deste mês, e estar, por conseguinte terminada com gloria para o Brasil a cruenta guerra que tantos sacrifícios nos custou, ficando completamente vingados os ultrages que nos lançou o tirano. (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 23 de abril de 1870, p.2).

A notícia percorreu toda a província, que logo comemorou o fim da guerra. No entanto, outras questões pertinentes ao conflito ainda foram difíceis de se resolverem na

⁷ TAUNAY, Visconde de. *A Retirada da Laguna*. Trad. De Salvador de Mendonça. Rio de Janeiro: Typ. Americana. 1874. 10ed. Melhoramentos: 1936.

província. Posterior à morte de Lopez foram publicados artigos que retratavam a chegada dos voluntários goianos da guerra de volta a Goiás.

Um dos investimentos feitos pelo presidente da província de Goiás e, considerado “geniosa” por Ferreira França, foi a criação do *Asylo dos Inválidos da Pátria*. Essa instituição tinha o objetivo de receber os militares feridos e inválidos que prestaram serviços militares na guerra e ou pagar pensões a órfãs e viúvas de soldados mortos em combate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação de Goiás na guerra do Paraguai se deu de maneira controversa, isso porque a província precisou organizar uma logística para atender as necessidades dos batalhões de soldados brasileiros. Assim, teve de investir recursos financeiros para uma melhor estadia dos soldados e para o transporte de alimentos até os acampamentos. Nota-se que a maior ajuda oferecida pela província de Goiás para a guerra foi a logística de criação de depósitos de alimentos para atender as necessidades dos batalhões de passagem pelo território goiano.

Nos jornais e nos relatórios de província, que utilizamos para o presente trabalho, pouco se fala dos nomes dos soldados incorporados nos batalhões que foram mandados para a guerra. Ainda é um caminho a ser percorrido por novas pesquisas. Os que são mencionados na documentação examinada são referências feitas somente aos batalhões de Voluntários da Pátria. Por isso, é necessário adentrar outras fontes documentais mais específicas que são capazes de revelar por menores a respeito de como Goiás auxiliou o país, com alimentos como também com soldados.

Ressaltamos a importância de se trabalhar a História Regional, preocupada em abordar assuntos próprios da micro-história. Ao analisar uma região específica notamos que cada uma delas teve e tem importância na história nacional. Goiás ajudou o império brasileiro na questão do abastecimento de alimentos e com soldados para os batalhões. Todavia, é necessário observarmos as especificidades de Goiás diante de uma brutal guerra, que durou cinco longos anos e também atentarmos para o vasto campo de pesquisa que se abre com o exame de fontes pertinentes à história.

REFERÊNCIAS

DORATIOTO, Francisco. **A Maldita Guerra**. Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Cotidiano e Sobrevivência: Soldados e Marinheiros na Guerra do Paraguai**. (Doutorado em História Social pela FFLCH/USP), Rio Grande, 2014.

FILHO, José Atanásio de Souza. **A Província de Goiás No Contexto da Guerra do Paraguai, 1865-1870: Narrativas Construídas em História e Literatura, Desafios à vista**. (Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História - UFG), Goiânia-GO.

MAESTRI, Mario. **A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à Restauração historiográfica (1871-2002)**. Estudos Históricos - CDHRP - n° 2, agosto 2009

MARTINS, Zildete Inácio Oliveira. **A Participação de Goiás na Guerra do Paraguai**. B. Goiano Geogr., vol. 3 n. 1-2, 1983.

MILANESI, Dálcio Aurélio. **Sobre a Guerra do Paraguai**. Universidade Estadual de Maringá

MOTA, Carlos Guilherme. **História de um silêncio: a Guerra Contra o Paraguai (1864-1870) 13 anos depois**. Estudos Avançados, 1995.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (A Participação da Bahia no Conflito)**. (Mestrado em História Social UFBA), Salvador - Bahia, 2001.

TAUNAY, Visconde de. **A Retirada da Laguna**. Trad. De Salvador de Mendonça. Rio de Janeiro: Typ. Americana. 1874. 10ed. Melhoramentos: 1936.

VAS, Braz Batista. **A Guerra do Paraguai Por Meio de Diários e Reminiscências**. História, Rio Grande, 2014..